



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2013
REFERENTE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº. 039/2013**

Aos onze dias do mês de junho de 2013, na Prefeitura Municipal de Cafelândia, localizada na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – centro, Cafelândia – PR, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei Municipal nº. 697/2006, que Institui o Sistema de Registro de Preços no município, e em face da classificação e homologação das propostas apresentadas no **PREGÃO Nº. 039/2013**, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ANDRADE DA SILVA**, em pleno exercício de seu mandato e funções, devidamente inscrito no CPF sob nº. 502.250.819-20 e RG sob nº. 3.204.316-0 - SSP/PR e o **DETENTOR DA ATA: COLOMBI MOVEIS E INFORMATICA LTDA- EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 14.010.571/0001-11 com sede na Rua Av. Castelo Branco, nº 259, CEP: 85.990-000, telefone: (44) 3645-2100, e-mail: imundial@uol.com.br, no município de Terra Roxa, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr(a) **MANOEL EPIFANEO DE SOUZA NETO**, inscrito no CPF nº. 884.504.819-53, RG: 3.824.876-6, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional como segue:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto constituir o Registro de preços para eventuais e futuras aquisições parceladas de **equipamentos e suprimentos de informática**, na quantidade estimada e valores descritos na **Clausula Segunda**.

2. DOS ITENS E PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Descrição e valores dos Itens objeto da presente Ata:

Lote 001 - Lote 001								6.404,00
056	8148	PEN DRIVE 16 GB	UN	60,00	Habilitado	KINGSTON DT101G2/16GB	44,90	2.694,00*
076	11658	UNIDADE (HD) SSD	UN	5,00	Habilitado	KINGSTON SVP200S3/120G	742,00	3.710,00*

2.2. O valor dos itens registrados é de **R\$ 6.404,00 (seis mil quatrocentos e quatro reais)**.

2.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

2.4. As quantidades constantes são estimativas, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não obrigando o Município à aquisição total.

2.5. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

2.6. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transporte de materiais, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada



nesta Ata e no Edital.

3. **DA GERENCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Cafelândia, através do Departamento de Licitações e Convênios, no seu aspecto operacional e legal.

4. **DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **06 (seis) meses** a contar da data de sua assinatura podendo ser prorrogado por igual período conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, regulamentado pelo **DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013**.

4.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. **AQUISIÇÃO, LOCAL / PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

5.1. Constatada a necessidade dos produtos, a Prefeitura do Município de Cafelândia, procederá à emissão da **Requisição de compra** em nome do Detentor da Ata, observando-se as condições estabelecidas nesta Ata, na legislação vigente, e na proposta, relacionando-se os produtos pretendidos e suas quantidades, bem como os respectivos preços registrados.

5.2. O Local de entrega e os endereços específicos de cada localidade beneficiada serão repassados pelo Órgão Gerenciador ao Detentor da Ata, de acordo com o estabelecido na REQUISIÇÃO DE COMPRA, devendo, a entrega ocorrer em qualquer unidade designada pelo Órgão Gerenciador.

5.3. O Detentor da Ata deverá entregar os itens objeto deste Pregão no local e endereço descrito na Requisição de compra, no prazo de até **5 (cinco dias)** para os equipamentos (Lote 1) e **24 (vinte e quatro) horas para os suprimentos** (Lote 2) após solicitação formal do município.

5.4. O objeto deste pregão será entregue em perfeita condição de uso, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

5.5. O objeto deste pregão será entregue e recebido **provisoriamente** no âmbito estabelecido nesta Ata de Registro de Preços, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no **recebimento definitivo**, observado o prazo de até 12 (doze) horas de sua entrega.

5.6. Em caso de não aceitação do item objeto deste pregão, fica a Contratada obrigada a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de 12 (doze) horas, contadas da notificação a ser expedida pela contratante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas na cláusula 10 desta Ata.

5.7. Em caso de diferença de quantidade, fica a Contratada obrigada a providenciar sua

**ADMINISTRAÇÃO 2013/2016**

complementação no prazo de 12 (doze) horas, contadas da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas na cláusula 10 desta Ata.

5.8. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, bem como dos contratos dela decorrentes.

6. DO PAGAMENTO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante apresentação de Nota Fiscal e dos comprovantes de regularidades perante o INSS e FGTS.

6.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente, o pagamento deverá ser efetuado no 1º dia útil subsequente.

6.3. Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente Ata ocorrerão por conta do recurso do órgão orçamentário que seguem:

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
02.001	04.122.00022-002	449052	0	0180- Gabinete do Prefeito
02.002	04.122.00022-003	449052	0	0270- Procuradoria jurídica
03.001	04.122.00022-004	449052	0	0360- Governo Municipal
03.001	04.122.00022-005	449052	0	0440- Junta do Serviço Militar
03.001	04.131.00022-006	449052	0	0530- Comunicação Social
04.001	04.122.00032-008	449052	0	0700 – Administração Geral
05.001	04.125.00052-009	449052	0	0800- Coordenação de Eng. e Projetos
06.001	04.123.00042-011	449052	0	0900- Sala do Secret. Munic. De finanças
06.001	04.123.00042-012	449052	0	1000- Coordenação Contabil
06.001	04.129.00042-013	449052	0	1140- Tributação e Fiscalização
07.001	10.122.00062-018	449052	303	1370- Sala da Secret. Munic. Da Saude
07.001	10.301.00062-021	449052	303	1800- Agentes Comunitarios de Saude
07.001	10.301.00062-022	449052	0	2070 – Atenção Basica e Pab Fixo Saude
07.001	10.301.00062-022	449052	303	2080 – Atenção Basica e Pab Fixo Saude
07.001	10.304.00072-026	449052	0	2430- Ações de Vigilancia Sanitaria
07.001	10.304.00072-026	449052	497	2440- Ações de Vigilancia Sanitaria
07.001	10.304.00072-026	449052	510	2450- Ações de Vigilancia Sanitaria
08.001	12.122.00082-028	449052	0	2730- Sala da Secret. Munic. De Educaç.
08.001	12.122.00082-028	449052	103	2740- Sala da Secret. Munic. De Educaç.
08.001	12.301.00082-031	449052	0	3260- Manut. Do Ensino Fundamental
08.001	12.301.00082-031	449052	103	3270- Manut. Do Ensino Fundamental
08.001	12.365.00092-035	449052	0	3680 – Manut. Da Educ. Infantil
08.001	12.365.00092-035	449052	103	3690 – Manut. Da Educ. Infantil
08.001	12.365.00092-035	449052	104	3700 – Manut. Da Educ. Infantil
08.001	12.367.00132-037	449052	0	3840 –Manut da Educação Especial



ADMINISTRAÇÃO 2013/2016

08.002	13.392.00102-039	449052	0	4020- Manut. das Atividades Culturais
09.001	08.122.00142-040	449052	0	4110- Sala da Secret. Assist. Social
09.001	08.243.00146-041	449052	0	4180- Manutenção do Conselho Tutelar
09.002	08.243.00156-043	449052	935	4330 – Manut. Dos Programa FNAS
09.002	08.243.00156-043	449052	936	4340 – Manut. Dos Programa FNAS
09.002	08.244.00142-044	449052	0	4440- Serviço de Assistência Comunitaria
09.002	08.244.00142-046	449052	0	4510- Manutenção da APMI
09.003	08.243.00156-048	449052	0	4600 – Fundação Padre Luiz Luize
09.003	08.243.00156-049	449052	0	4670- Profissionalização Menor Aprendiz
10.001	15.122.00162-050	449052	0	4740- Secretaria de Viação e Obras
11.001	20.601.00172-057	449052	0	5400- Manutenção de Horta/Feira
11.001	20.601.00172-058	449052	0	5510- Agricultura e Meio Ambiente
11.002	22.661.00202-060	449052	0	5620- Equipamento e Mat. Permanente
12.001	27.812.00112-061	449052	0	5760- Manutenção e Desenv. Do Esporte

7. REVISÃO / ALTERAÇÃO E SUSPENSÃO DOS PREÇOS

7.1. Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os preços, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

7.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Prefeito Municipal, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- b) Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal (is) dos elementos formadores do novo preço.

7.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

7.5. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

7.6. Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:

- a) Pela Prefeitura do Município de Cafelândia, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais;
- b) Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e



devidamente aceita pela Prefeitura do Município de Cafelândia, nos termos legais;

c) Por relevante interesse da Prefeitura do Município de Cafelândia, devidamente justificado.

8. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração federal, estadual ou municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

8.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

8.3. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

8.4. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Das obrigações da DETENTORA DA ATA:

a) A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

b) A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

c) A DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da presente ata de registro de preço.

d) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa do Contratante.

e) Recolher os produtos que se enquadram no Inciso V, Art. 33, da Lei 12.305/2010, após o uso pelo ORGÃO GERENCIADOR.

9.2. A alínea e) enquadra-se apenas para o licitante que cotar os produtos citados no referido artigo.

9.3. Das obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a(s) DETENTORA(S), dos itens efetivamente entregues.

b) Notificar, formal e tempestivamente, a(s) DETENTORA(S) sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

c) Fiscalizar, acompanhar e receber os itens objeto da presente ATA, podendo intervir



durante o recebimento, para dirimir dúvidas que surgirem no curso do fornecimento para fins de ajustes ou suspensão do recebimento.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada contratação, por dia de atraso na entrega do produto ou não substituição caso estes não sejam recebidos, em caráter definitivo em razão de não atender a qualidade do produto.

10.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, caso haja atraso na entrega do produto por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis do pedido.

10.3. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará(ão) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) proponente(s) classificada(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

10.4. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.5. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada, tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a **PREFEITURA**, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas.

10.6. Qualquer penalização será precedida do devido processo legal, ampla defesa e contraditório. A aplicação da penalidade capitulada no **subitem anterior** não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei nº 8.666/93.

11. PUBLICIDADE DO EXTRATO

11.1. Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Jornal Oficial do Município.

12. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 8.666/93, suas alterações e legislação correlata e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13. CASOS OMISSOS

13.1. O que se tornar controverso em razão das Cláusulas do presente instrumento, será resolvido administrativamente entre as partes à luz da Lei 8.666/93, suas alterações, legislação pertinente e princípios gerais de direito.

14. DO FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

001126

ADMINISTRAÇÃO 2013/2016

14.1. Elegem igualmente as partes, de comum acordo, o Foro da Comarca de Corbélia, Estado do Paraná, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios e/ou ações decorrentes desta Ata, com expressa renúncia de qualquer outro.

14.2. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais abaixo, para que o mesmo produza seus efeitos de direito desejados.

VALDIR ANDRADE DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
ÓRGÃO GERENCIADOR

COLOMBI MOVEIS E INFORMÁTICA LTDA.
MANOEL EPIFANEO DE SOUZA NETO
DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS

1)
CPF: 811523/21949

2)
CPF: 755.203.409-59